

VOL V

# EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

VOL V

# EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

 EDITORA  
ARTEMIS  
2022

2022 by Editora Artemis  
Copyright © Editora Artemis  
Copyright do Texto © 2022 Os autores  
Copyright da Edição © 2022 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

<b>Editora Chefe</b>	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira
<b>Editora Executiva</b>	M. <sup>a</sup> Viviane Carvalho Mocellin
<b>Direção de Arte</b>	M. <sup>a</sup> Bruna Bejarano
<b>Diagramação</b>	Elisângela Abreu
<b>Organizadoras</b>	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Paula Arcoverde Cavalcanti
<b>Imagem da Capa</b>	Daniel Collier / 123RF
<b>Bibliotecário</b>	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

#### Conselho Editorial

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba  
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal  
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima  
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México  
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina  
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha  
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay  
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México  
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha  
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal  
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina  
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina  
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal  
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina  
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco  
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru  
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina  
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile  
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA  
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha  
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal  
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros  
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México  
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha  
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo  
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México  
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha  
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha  
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha  
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe  
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha  
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia  
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha  
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal  
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba  
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras  
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense  
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras  
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina  
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal  
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal  
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru  
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa  
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande  
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [livro eletrônico]: teorias, métodos e perspectivas: vol.V /  
Organizadora Paula Arcoverde Cavalcanti. – Curitiba, PR: Artemis,  
2022.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
Edição bilíngue  
ISBN 978-65-87396-55-2  
DOI 10.37572/EdArt\_270522552

1. Educação. 2. Ensino – Metodologia. 3. Prática de ensino.  
I.Cavalcanti, Paula Arcoverde.

CDD 371.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**



## APRESENTAÇÃO

O Livro “**Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas**” é composto de trabalhos que possibilitam uma visão de fenômenos educacionais que abarcam questões relacionadas às teorias, aos métodos, às práticas, à formação docente e de profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como perspectivas que possibilitam ao leitor um elevado nível de análise.

Sabemos que as teorias e os métodos que fundamentam o processo educativo não são neutros. A educação, enquanto ação política, tem um corpo de conhecimentos e, o processo formativo dependerá da posição assumida, podendo ser incluyente ou excluyente.

Nesse sentido, o atual contexto – econômico, social, político – aponta para a necessidade de pensarmos cada vez mais sobre a educação a partir de perspectivas teóricas e metodológicas que apontem para caminhos com dimensões e proposições alternativas e incluyentes.

O **Volume V** possui 23 trabalhos luso-hispânicos que proporcionam reflexões acerca de teorias, formação e perspectivas educacionais em diversas áreas do conhecimento. São apresentadas reflexões e análises acerca da formação – inicial e continuada – para a construção de sujeitos sociais, participativos e críticos no contexto e na conjuntura em que vivemos. Desta forma, destacam-se os processos de ensino-aprendizagem ativos e permanentes que possibilitam a melhoria da formação de profissionais para que sejam capazes em atender as demandas de uma sociedade complexa.

A educação, entendida como um processo amplo que envolve várias dimensões, precisa ser (re)pensada, (re)analisada, (re)dimensionada, (re)direcionada e contextualizada.

Espero que façam uma boa leitura!

Paula Arcoverde Cavalcanti

## SUMÁRIO

### TEORIAS, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

##### ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE LA SUPERACIÓN PROFESIONAL

Yamilé García Romero

Yuneisy Guilarte Matos

Antônio Manuel Pedro Alexandre

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225521](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225521)

#### **CAPÍTULO 2..... 12**

##### CAUSAS DE ABANDONO ESCOLAR ENTRE ESTUDIANTES UNIVERSITARIAS: VOCES Y DISCURSOS

Cirila Cervera Delgado

Mireya Martí Reyes

Enoc Obed de la Sancha Villa

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225522](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225522)

#### **CAPÍTULO 3..... 25**

##### CINEMA, EMIGRAÇÃO, MEMÓRIA E SENTIMENTO DE PERTENÇA

Miguel Castro

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225523](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225523)

#### **CAPÍTULO 4..... 36**

##### COMPANHIA DE JESUS: DOS OBJETIVOS INICIAIS AO DESTAQUE NA EDUCAÇÃO

Leandro Lente de Andrade

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225524](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225524)

#### **CAPÍTULO 5..... 42**

##### CONFLITOS NA ESCOLA - A RELAÇÃO ENTRE PERSONALIDADE E ESTILOS DE GESTÃO CONFLITO DOS PROFESSORES

Andreia Ribeiro

Elisete Correia

Pedro Cunha

Ana Paula Monteiro

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225525](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225525)

**CAPÍTULO 6..... 54**

CONTEXTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA EM PORTUGAL E DA IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS (1992-2022)

João Carlos Machado de Sousa

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225526](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225526)

**CAPÍTULO 7..... 66**

EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR. UNA MIRADA DESDE EL CURRÍCULO

Margarita Luque Espinoza de los Monteros

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225527](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225527)

**CAPÍTULO 8.....78**

EXPLORANDO CONCEITOS E RELAÇÕES DE GEOMETRIA ESFÉRICA NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA COM O GOOGLE EARTH

Gabriel Plentz Motta

Rudimar Luiz Nós

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225528](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225528)

**CAPÍTULO 9.....97**

FORMACIÓN DOCENTE EN LA UNIVERSIDAD: PREOCUPACIONES, OCUPACIONES Y REPLANTEOS

María del Carmen Rimoli

Silvia Alicia Spinello

Yanina Lopez

María Paz Lauge

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_2705225529](https://doi.org/10.37572/EdArt_2705225529)

**CAPÍTULO 10..... 105**

HERRAMIENTAS DE VISUALIZACIÓN EN INGENIERÍA ELÉCTRICA BASADAS EN MICROSOFT EXCEL: APLICACIÓN PRÁCTICA AL TEOREMA DE FERRARIS

Manuel Alcázar-Ortega

Lina Montuori

David Ribó-Pérez

Carlos Álvarez-Bel

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255210](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255210)



**CAPÍTULO 11.....123**

¿HISTORIA DE LA EDUCACIÓN? MEJOR HISTORIA DE LA PEDAGOGÍA. FORMACIÓN DEL PEDAGOGO EN PEDAGOGÍA CRÍTICA

Rodolfo Huerta González

María Guadalupe Mendoza Ramírez

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255211](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255211)

**CAPÍTULO 12.....133**

INDICADORES PARA LA EVALUACIÓN DE LA CALIDAD DEL APRENDIZAJE EN UNA ACTIVIDAD DE ESCAPE ROOM

M<sup>a</sup> Victoria Montes Gan

M<sup>a</sup> Rosa Salas Labayen

Nerea López Salas

María Ana Saenz Nuño

Gema Pedraza Carballo

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255212](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255212)

**CAPÍTULO 13.....143**

INSTRUMENTO PARA MEDIR LA PERSPECTIVA DE LOS PROFESORES SOBRE LA OBSTACULIZACIÓN PROFESIONAL DOCENTE EN LA DGETI MICHOACÁN

Julio César Ceja Martínez

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255213](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255213)

**CAPÍTULO 14.....153**

LA EVALUACIÓN HOLÍSTICA DOCENTE COMO RECURSO PARA EL LOGRO DE LAS COMPETENCIAS DEL PERFIL DE EGRESO DE LOS ALUMNOS DE LA ESCUELA NORMAL DE EDUCACIÓN PREESCOLAR

Rosa Elvia González-García

Marlene Múzquiz-Flores

Elizabeth Guadalupe Ramos-Suárez

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255214](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255214)

**CAPÍTULO 15..... 161**

LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN EDUCACIÓN AMBIENTAL CON ENFOQUE CIENCIA, TECNOLOGÍA, SOCIEDAD Y AMBIENTE Y LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE

María Mercedes Callejas Restrepo

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255215](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255215)

**CAPÍTULO 16** ..... 169

LA PEDAGOGÍA EMANCIPADORA EN LA FORMACIÓN DEL DOCENTE RURAL

María Juana Flores García

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255216](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255216)

**CAPÍTULO 17** ..... 181

LA TITULACIÓN COMO CULTURA ACADÉMICA EN LOS PROGRAMAS EDUCATIVOS DE LA UNIDAD ACADÉMICA DE CONTADURÍA Y ADMINISTRACIÓN DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NAYARIT (MÉXICO)

Heriberta Ulloa Arteaga

Iliana Josefina Velasco Aragón

María Asunción Gutiérrez Rodríguez

Beatriz Rojas García

Ileana Margarita Simancas Altieri

Miriam Angélica Catalina Salcedo Montoya

Sara Lidia Gutiérrez Villarreal

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255217](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255217)

**CAPÍTULO 18** ..... 190

METODOLOGÍA PARA FOMENTAR EL APRENDIZAJE ACTIVO DE COMPETENCIAS ESPECÍFICAS Y TRASVERSALES A TRAVÉS DEL SOPORTE DE SOFTWARES ERPS EDUCATIVOS

Lina Montuori

Manuel Alcázar-Ortega

Carlos Vargas-Salgado

Paula Bastida-Molina

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255218](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255218)

**CAPÍTULO 19** ..... 208

MOTIVACIONES AL ESTUDIO, SIGNIFICACIONES DE LA EDUCACIÓN Y SENTIDOS SOBRE EL ACCESO A LA EDUCACION DE PERSONAS PRIVADAS DE LIBERTAD VINCULADAS AL PROGRAMA UNIVERSITARIO EN LA CÁRCEL (CÓRDOBA-ARGENTINA)

Alicia Acin

Ana Correa

 [https://doi.org/10.37572/EdArt\\_27052255219](https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255219)

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>231</b>
NOTAS PARA LA SUPERVISIÓN ACADÉMICA EN EL SERVICIO SOCIAL	
Mariana Hasen	
 <a href="https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255220">https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255220</a>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
POLÍTICA PÚBLICA PARA GARANTIZAR EL ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE PUEBLOS INDÍGENAS A TRAVÉS DE LOS DERECHOS DIFERENCIADOS	
Agustina Ortiz Soriano	
Francisco Javier Lira Mendoza	
 <a href="https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255221">https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255221</a>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>248</b>
REFORZAMIENTO DEL APRENDIZAJE DEL INGLÉS EN ESL STUDENTS A TRAVÉS DEL USO DE LA APP SENTENCE MASTER EN UN AMBIENTE CONECTIVISTA	
Lorena Ocampo Gómez de Silva	
 <a href="https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255222">https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255222</a>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>258</b>
USO DE LAS APLICACIONES G SUITE EN LA DOCENCIA UNIVERSITARIA VIRTUAL Y SEMIPRESENCIAL DE UNA ASIGNATURA DEL GRADO EN PSICOLOGÍA	
María del Carmen Pastor Verchili	
Nieves Fuentes-Sánchez	
 <a href="https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255223">https://doi.org/10.37572/EdArt_27052255223</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>263</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>264</b>

# CAPÍTULO 21

## POLÍTICA PÚBLICA PARA GARANTIZAR EL ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE PUEBLOS INDÍGENAS A TRAVÉS DE LOS DERECHOS DIFERENCIADOS

*Data de submissão: 04/02/2022*

*Data de aceite: 25/02/2022*

**Agustina Ortiz Soriano**

UCEMICH

Departamento de Posgrado en Educación

México

<https://orcid.org/0000-0001-6562-3258>

**Francisco Javier Lira Mendoza**

CFE. Departamento de Geomática

México

<https://orcid.org/0000-0002-2341-560X>

**RESUMEN:** Actualmente, los asuntos que conciernen al tema de la educación para los pueblos indígenas de zonas rurales de nivel superior, que garanticen fácticamente el ingreso y permanencia de todos los sectores de la población, es un tema pendiente en las agendas de los gobiernos, sobre todo cuando nuestro referente son grupos vulnerables, como el caso de los grupos y pueblos indígenas. Las políticas públicas al ser el brazo ejecutor del Estado para lograr sociedades democráticas e incluyentes, son las responsables de garantizar la inclusión educativa de quienes se encuentran excluidos de las instituciones de educación Superior. La atención y cobertura de los servicios

educativos de nivel superior, recién ha entrado en la agenda de la Normatividad de Escolarización Obligatoria el Estado Mexicano (NEOEM) sin embargo, se da en un marco general, por lo que, las personas que integran los grupos indígenas, se encuentran en una posición de desventaja al no asegurar el acceso y permanencia a la Educación Superior. Una manera de garantizar la educación superior para los pueblos indígenas, será a través de la implementación de derechos diferenciados dentro de un esquema de políticas públicas socioeducativas.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Inclusión educativa. Derechos diferenciados.

### PUBLIC POLICY TO GUARANTEE ACCESS TO HIGHER EDUCATION FOR INDIGENOUS PEOPLES THROUGH DIFFERENTIATED RIGHTS

**ABSTRACT:** Currently, the issues that concern the issue of higher education for indigenous people in rural areas, which factually guarantee the entry and permanence of all sectors of the population, is a pending issue on the public agendas, especially when our referent are vulnerable groups, as in the case of indigenous people and groups. Public policies, being the executing arm of the State to achieve democratic and inclusive societies, are responsible for guaranteeing the educational inclusion of those who are excluded from higher education institutions.

The attention and coverage of higher education services has recently entered the agenda of the Mandatory Schooling Regulations of the Mexican State (NEOEM by its acronym in Spanish), however, it occurs in a general framework, so that people who make up the groups indigenous, are in a disadvantaged position by not ensuring access and permanence in higher education. One way to guarantee higher education for indigenous people will be through the implementation of differentiated rights within a scheme of socio-educational public policies.

**KEYWORDS:** Education. Educational inclusion. Differentiated rights.

## 1 INTRODUCCIÓN

El objetivo central de este trabajo es proponer la creación de una política pública educativa, para que los jóvenes pertenecientes a grupos en rezago puedan tener acceso y permanencia a la Educación Superior, mediante una adición al Artículo 3° constitucional en su fracción V por medio de la implementación de una política educativa a las instituciones públicas de Educación Superior del país; para garantizar el acceso y permanencia a la Educación Superior; de las personas pertenecientes a grupos en rezago y de los jóvenes indígenas del país, basada en los *Derechos Diferenciados*.

Los *Derechos Diferenciados* han mostrado su eficacia y eficiencia en el proceso de construcción de sociedades incluyentes, democráticas, igualitarias y pluralistas, lo cual puede contrastarse a través de las experiencias de países llamados de primer mundo. Éste grupo de Derechos busca el posicionamiento de simetría en sociedades que tienen grupos en rezago o en posiciones de desventaja. Lo cual según Aguirre (2018) hace posible que las minorías consigan el reconocimiento de sus capacidades deliberativas, decisorias y en definitiva del derecho a exigir derechos.

## 2 DERECHOS DIFERENCIADOS; ANTECEDENTES DE APLICACIÓN

La implementación de *Derechos Diferenciados* se ha dado mediante políticas públicas educativas de manera exitosa en países como: Canadá, Estados Unidos y Chile. En Canadá se implementaron los *Derechos Diferenciados* a través de una política multicultural, que explica la forma en que las instituciones gubernamentales llevan a cabo dichas políticas. El *Ministro* es quien deberá ejecutar los *Derechos Diferenciados* y poner en práctica los mecanismos que consideren necesarios para tal fin. Los *Derechos Diferenciados* fomentan y ayudan a individuos, organizaciones e instituciones para apoyar el multiculturalismo canadiense en actividades dentro y fuera de Canadá; de igual manera consideran como apremiante la ayuda a la investigación y las becas en el campo del multiculturalismo; y a impulsar la participación de la sociedad canadiense.

En México se tiene que pensar urgentemente en realizar la implementación de *Derechos Diferenciados*, pues son las mismas circunstancias de pobreza, marginación y, analfabetismo la que obligan a una reconfiguración de las políticas educativas que tiendan a incluir en el nivel superior, a aquellas personas que se encuentre quizá incluso en una doble posición de desventaja, ser indígena y pertenecer a un grupo en rezago. En palabras de Flores (1999), se dice que las minorías se asumen como grupos diferentes y desde esa condición de desigualdad exigen un trato desigual: derechos específicos y diferenciados para cada minoría.

El proponer una política educativa que tome como base los *Derechos Diferenciados* atiende a la necesidad de proponer una alternativa para garantizar el acceso a la Educación Superior de grupos en rezago. Aquellas sociedades que se consideran a sí mismas como democráticas, democráticas e incluyentes, no pueden permitir que los grupos minoritarios queden en posición de vulnerabilidad y desventaja ante los grupos mayoritarios, por lo que es necesario que desde el senado se promuevan este tipo de derechos.

### **3 DERECHOS DIFERENCIADOS Y SU APLICABILIDAD EN LA NORMATIVIDAD DE ESCOLARIZACIÓN OBLIGATORIA EL ESTADO MEXICANO**

El Estado mexicano comprometido con la educación como lo establece el Artículo 3° Constitucional que establece lo siguiente:

El compromiso del Estado con la educación y la creación y consolidación de sociedades armónicas se establece en el Artículo 3° constitucional en la fracción II inciso C que enuncia lo siguiente: contribuirá a la mejor convivencia humana, a fin de fortalecer el aprecio y respeto por la diversidad cultural, la dignidad de la persona, la integridad de la familia, la convicción del interés general de la sociedad, los ideales de fraternidad e igualdad de derechos de todos, evitando los privilegios de razas, de religión, de grupos, de sexos o de individuos.

Es necesario realizar una ley debido a que, el Artículo 3° constitucional (*supra*) no garantiza la cobertura y accesibilidad a la Educación Superior, así como reconocer que restricciones al acceso de la Educación Superior impactan de manera negativa en la consolidación y construcción de sociedades democráticas e igualitarias impidiendo la participación dentro de los procesos que el siglo XXI requiere en la formación educativa y económica de nuestro país.

El sustento legal o jurídico de la tarea de la educación queda de la siguiente manera:

1. En la Constitución de los Estados Unidos Mexicanos en su Artículo 2° Fracción II, reza lo siguiente:

**II.** Garantizar e incrementar los niveles de escolaridad, favoreciendo la educación bilingüe e intercultural, la alfabetización, la conclusión de la educación básica, la capacitación productiva y la educación media superior y superior. Establecer un sistema de becas para los estudiantes indígenas en todos los niveles.

2. Ley General de Educación

En la Ley General de Educación, en su Capítulo II que versa sobre la Equidad En La Educación, en su Artículo 32, dicta lo siguiente:

Artículo 32.- Las autoridades educativas tomarán medidas tendientes a establecer condiciones que permitan el ejercicio pleno del derecho a la educación de calidad de cada individuo, una mayor equidad educativa, así como el logro de la efectiva igualdad en oportunidades de acceso y permanencia en los servicios educativos.

Dichas medidas estarán dirigidas, de manera preferente, a los grupos y regiones con mayor rezago educativo, o que enfrentan condiciones económicas y sociales de desventaja en términos de lo dispuesto en los artículos 7o. y 8o. de esta Ley.

#### **4 TEXTO NORMATIVO EN EL QUE SE PROPONE LA ADICIÓN**

La ley reglamentaria de la que depende, es la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos en su Artículo 3°.

Considerando que el Artículo 3° constitucional no garantiza el acceso y permanencia a la Educación Superior, excluyéndola de la Educación garantizada y obligatoria, lo cual no hace posible el acceso y permanencia en el ámbito educativo, ya que solo una parte de la población tiene el acceso garantizado a la Educación Superior de tal forma que la otra parte tiene que enfrentarse a cuestiones tales como: pertenencia a grupos étnicos, religiosos, culturales, económicos y de género.

El proyecto de ley que se propone es una adición al Artículo 3° constitucional en su fracción X para establecer y salvaguardar el acceso y permanencia a la Educación Superior de las personas pertenecientes a grupos en rezago e indígenas.

Artículo 3°... Fracción I... Fracción II... Fracción III... Fracción IV... Fracción V... Fracción VI... Fracción VII... Fracción VIII... Fracción IX...

Fracción X. La obligatoriedad de la educación superior corresponde al Estado. Las autoridades federales y locales establecerán políticas para fomentar la inclusión, permanencia y continuidad, en términos que la ley señale. Asimismo, proporcionarán

medios de acceso a este tipo educativo para las personas que cumplan con los requisitos dispuestos por las instituciones públicas.

Para quedar como sigue:

Artículo 3°... Fracción I... Fracción II... Fracción III... Fracción IV... Fracción V... Fracción VI... Fracción VII... Fracción VIII... Fracción IX...

Fracción X. La obligatoriedad de la educación superior corresponde al Estado. Las autoridades federales y locales establecerán políticas para fomentar la inclusión, permanencia y continuidad, en términos que la ley señale. Asimismo, proporcionarán medios de acceso a este tipo educativo para las personas que cumplan con los requisitos dispuestos por las instituciones públicas a las que les corresponderá:

- a) Garantizar el acceso y permanencia a las instituciones públicas de Educación Superior a través de una política pública educativa de inclusión basada en los *Derechos Diferenciados*, resguardando que el 10% de su población estudiantil está destinada a grupos indígenas y en situación de vulnerabilidad.
- b) Las instituciones públicas de Educación Superior que se comprometan a la aplicación de esta política pública educativa, el gobierno federal le otorgará el 10% adicional a su presupuesto, el cual será destinado a planes y proyectos de investigación tecnológica para el desarrollo sostenible.

Alcance de la Propuesta: se propone una adición al artículo 3° constitucional en el que se incluya de manera tácita a las personas pertenecientes a grupos étnicos o en rezago a las instituciones públicas de Educación Superior; en tanto dichos grupos presentan las mayores restricciones del acceso a las instituciones de nivel superior, lo cual impide la consolidación de sociedades pluralistas, democráticas e incluyentes.

Beneficios y costos de la norma: Los beneficios serán la formación de sociedades pluralistas, democráticas e incluyentes de individuos, que tengan la oportunidad de desempeñarse personalmente debido al conocimiento de sus derechos y lograr comprender diálogos interdisciplinarios con otras personas. Lo cual conlleva a que los grupos en rezago sean incluidos en nuestra sociedad y participen dentro de los procesos políticos, económicos y sociales que tendremos que enfrentar como sociedad.

La implementación de nuestra propuesta de iniciativa de ley no causaran costos adicionales a la cuenta de gastos corrientes del gobierno federal, pues los fondos de la puesta en marcha de nuestra propuesta de iniciativa de ley, se tomaran de aquellos fondos de instituciones comprometidas a la contribución, formación de capital humano de alto nivel y fortalecimiento del desarrollo regional incluyente, con el fin contribuir a la transferencia y aprovechamiento del conocimiento, vinculando a las Instituciones de Educación Superior y los centros de investigación.



La comisión nacional conferida para dichas tareas (*supra*) es el CONACYT, en específico el presupuesto puede ser tomado de los fondos mixtos, fondos sectoriales y apoyos institucionales que permitan el desarrollo científico y tecnológico a través de un fidecomiso constituido por apoyos del gobierno dirigidos principalmente a las universidades que trabajen con Derechos diferenciados para la inclusión de grupos en rezago, estas universidades deben firmar convenios con CONACYT para tener prioridad ante los que presentan proyectos a estas convocatorias.

## 5 RAZONES QUE SUSTENTAN LA POLÍTICA

La situación que tiene el país en cuanto a la población con mayor pobreza, exclusión y de grupos en rezago, parecen predeterminar a las personas que forman parte de ellos, a no tener garantizado el acceso y permanencia a la Educación Superior, esto tiene como consecuencia la violación al derecho a la Educación que establece la carta de Derechos Humanos de la ONU, el no acceso y permanencia a la Educación impide el desarrollo de habilidades, capacidades de este sector de la población que impacta directamente y de manera negativa en el desarrollo del país.

Los datos que enlistamos a continuación dan cuenta de la situación en la que se encuentra el país respecto a estos escenarios.

Según datos de Instituto Nacional de Geografía y Estadística (INEGI 2016), El 4.4% de los municipios del país nos muestran una tasa de analfabetismo que superan el 34.2% y en grupos en rezago el país nos presenta el 28.7%. Con estos datos queda señalado que en México no se puede aspirar a alcanzar un índice de desarrollo humano que garantice estado de bienestar de las personas y el desarrollo económico del país.

Los *Derechos Diferenciados* son una vía que permitiría al Estado ofrecer opciones de Desarrollo Humano, que garanticen el acceso y permanencia a la Educación Superior, para abatir los índices negativos que tenemos en analfabetismo y vulnerabilidad de los grupos en rezago y población en general, lo cual impide consolidar el incremento sustentable de la calidad educativa, económica y social del país dando prioridad a los grupos en rezago y jóvenes indígenas.

## 6 CONCLUSIONES

Los *Derechos Diferenciados*, son una vía para garantizar el acceso y permanencia de los grupos en rezago menos privilegiados a una vida digna y de mayores oportunidades de crecimiento.

La importancia de la formación académica para el liderazgo de las futuras generaciones, es incuestionable, de tal manera que el Estado debe ofrecer nuevas opciones de Desarrollo Humano, que favorezcan el nivel de vida digno y por ende el acceso y permanencia a la Educación, para consolidar de manera crucial el incremento sustentable de la calidad educativa, económica y social del país dando prioridad a los grupos en rezago y jóvenes indígenas.

La propuesta de iniciativa de ley, al no erogar recurso extra que grave o ponga en una situación de riesgo el recurso y/o financiamiento de los diferentes niveles de gobierno, antes bien se busca eficientar los recursos de aquellas instituciones destinadas al impulso del desarrollo de ciencia y tecnología de nuestro país, contribuyendo de manera fáctica a la formación de capital humano de alto nivel y fortalecimiento del desarrollo regional incluyente.

Si se aprobara la adición al artículo señalado, estaríamos en condiciones de transitar a la construcción de sociedades altamente diferenciadas, en las cuales las condiciones de desarrollo humano se de en un marco de equidad, que posibilite la inclusión real de aquellas personas que forman parte de grupos menos favorecidos.

## BIBLIOGRAFÍA

Aguirre S. Jorge F. (2014). El reconocimiento de los derechos diferenciados: el debate por las minorías. *Diálogos Filosóficos*. (88), 89-104.

Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos. <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/articulos/3.pdf>

Flores Rentería, J. (1999). Derechos diferenciados: Una vieja versión de la justicia? *Política y cultura*. (12), 77-91.

Hombres y Mujeres en México. (2016). Instituto Nacional de Geografía y Estadística [http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva\\_estruc/702825084097.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825084097.pdf)

Ley general de Educación. México. [https://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/558c2c24-0b12-4676-ad90-8ab78086b184/ley\\_general\\_educacion.pdf](https://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/558c2c24-0b12-4676-ad90-8ab78086b184/ley_general_educacion.pdf)

## SOBRE A ORGANIZADORA

**Paula Arcoverde Cavalcanti** - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação em Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras e na Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Territorial. Integra Grupo de Pesquisa - CNPq - Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Atuou como Coordenadora do Curso de Pedagogia (Campus XIII-UNEB), Coordenadora da Pós-Graduação Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tem atuado profissionalmente na área Gestão Pública, Análise e Avaliação de Políticas Públicas e de Educação. Autora dos livros “Análise de políticas públicas: um estudo do Estado em ação” e “Gestão Estratégica Pública” e organizadora do livro Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas, Vol. I, II, III e IV.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono escolar 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 60

Abordagem didática 25, 31

Acadêmica 16, 122, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 199, 231, 232, 234, 237, 247

Acceso 3, 15, 17, 147, 150, 173, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 261

Aprendizaje activo 190, 192, 202, 207

### B

Bolsa de formadores 54

### C

Capacitación docente 68, 143, 148, 149

Cartografia 78, 86, 87, 95

Cinema 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Colégios 36, 37, 39, 40

Competencia comunicativa escrita 248

Competencias docentes 153

Competencias transversales 106, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Conectivismo 248, 249, 250, 252

Conflicto 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Cultura académica 181, 187

Currículo 7, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 99, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 206

### D

Derecho 3, 6, 12, 15, 19, 20, 22, 69, 103, 118, 152, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 242, 244, 246

Derechos diferenciados 241, 242, 243, 245, 246, 247

Diretrizes Curriculares 78, 79, 96

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná 78

Docencia universitaria 8, 258, 259

Docencia virtual 258, 259

Docencia 2, 8, 67, 98, 101, 105, 121, 130, 134, 164, 166, 167, 190, 211, 250, 258, 259, 260, 262  
Docente supervisor 231, 234, 236, 238, 239, 240

## E

Educação 10, 30, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 78, 79, 95, 96, 123, 131, 180, 208, 228, 229

Educación 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 24, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 97, 98, 104, 106, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 141, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 190, 191, 192, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 257, 261, 262

Educación ambiental 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 130, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Educación de calidad 143, 145, 152, 167, 244

Educación liberadora 169

Educación normalista 169

Educación rural 169

Educación Superior 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 24, 66, 68, 70, 104, 106, 133, 136, 154, 163, 164, 168, 182, 183, 185, 186, 207, 211, 217, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 261, 262

Emigração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35

Enfoque CTSA 161, 162, 164, 165

Enseñanza del inglés 248, 256

Ensino de Matemática 78

ERP vertical 190, 191

Escape Room Educativo 133, 134

Escola 34, 42, 43, 46, 50, 55, 56, 58, 62, 64, 65, 208, 228

Espiritualidade 36, 37, 38

Estilos de gestão 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52

Evaluación holística 153

Experiencia docente 258, 259

## F

Formação contínua de professores 54, 56, 57, 59, 61, 64, 65

Formación 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 123, 124, 125, 128, 131, 133, 136, 138, 141, 142, 143, 151, 152, 154, 157, 158, 160,

161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 190, 192, 194, 197, 199, 202, 203, 204, 206, 211, 214, 225, 227, 231, 232, 233, 234, 239, 243, 245, 247, 257

Formación de profesores 3, 4, 8, 142, 161, 162, 163, 169, 173, 179

Formación docente 3, 6, 8, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 143, 160, 172, 174

## G

Gamificación 133, 134, 135, 136, 141

Género 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 140, 174, 244

Geografía 25, 32, 33, 34, 35, 95, 177, 246, 247

Geometrias não Euclidianas 78, 79, 80, 95

G Suite 258, 259, 260, 261, 262

## H

Herramienta de visualización 105, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120

Historia de la Educación 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 169

Historia de la pedagogía 123, 127, 129, 131

## I

Inclusión educativa 241

Ingeniería eléctrica 105, 190, 203

Innovación educativa 105, 121, 133, 153, 190

## J

Jesuítas 36, 38, 39, 40, 41

## L

Lo institucional 167, 231

Lo personal 188, 231, 232, 235

Lo relacional 231

## M

Máquinas eléctricas 105, 108, 121, 122

Metodología 7, 25, 37, 68, 73, 76, 135, 174, 175, 181, 184, 190, 192, 193, 195, 196, 199, 203, 204, 205, 206, 248, 249, 252, 256, 257

Modalidades de formação 54, 58, 61, 62

Motivaciones 157, 158, 208, 209, 210, 213, 215, 216, 225, 226, 227, 228

Mujeres 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 72, 133, 137, 139, 140, 141, 175, 186, 247

## O

Obstaculización profesional 143, 146, 149

ODS 161, 163, 164, 165, 167, 168

## P

Pedagogía 7, 9, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 208, 214, 222, 250, 255, 256

Pedagogía crítica 123, 129, 130, 131

Perfil de egreso 153, 156, 159

Personalidade 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52

Práctica pedagógica 123, 129, 130, 131

Prácticas profesionales 98, 102

Professores 10, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 94

## R

Regime jurídico 54, 56, 60, 62

Regulação da formação contínua 54

## S

Sentidos 4, 130, 208, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 223, 228, 229

Sentimento de Pertença 25, 28, 30

Significaciones 97, 99, 208, 209, 213, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 227, 228

Superación profesional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

Supervisión académica 231, 232, 234, 237

## T

Teorema de Ferraris 105, 108, 109, 112, 118, 121

Titulación 176, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 194, 198, 202, 203

Transformação 29, 36